

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional
Leonardo Góes Silva

Assegurador de Planejamento
Wesley Teixeira Rodrigues de Menezes

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
André Luiz Bomfim Ferreira

Chefe da Divisão de Administração
Carlos Augusto de Almeida

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Tânia Cabral Aciole Bomfim

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Douglas Souza de Jesus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	11
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	12
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia	12
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.....	14
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	14
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	14
3.1.2 Cartografia	16
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	17
3.1.4 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	19
3.1.5 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	20
3.1.6 Principais Atividades de Controle do Gestor	20
3.1.7 Indicadores	22
3.1.8 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste	24
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....	24
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	24
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	27
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente	27
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados.....	28
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	28
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor	29
3.2.7 Indicadores	30
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	31
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	31
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura	33
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....	33
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento	35
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor	36

3.3.6	Indicadores	37
3.3.7	Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	40
3.4	Divisão Administrativa.....	41
3.4.1	Demonstração dos resultados das Ações.....	41
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	44
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo .	44
4.2	Principais atividades de controle do Gestor	45
5.	Gestão de Pessoas.....	46
5.1	Distribuição de servidores.....	46
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR	46
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	46
5.4	Recursos humanos da unidade	47
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos	47
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	47
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados	48
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.....	49
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	50
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício	51
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	51
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal	52
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	53
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.....	53
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	53
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.	55
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	56
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR	56
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	56
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	56
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	58
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações	58
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos	58

7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	62
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	62
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício	62
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	63
9.	Ouvidoria	65
9.1	Demonstração dos registros feitos pela Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência	65
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo	66
10.	Correição	66
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.....	66

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Exercício de 2013 referente à Superintendência Regional do INCRA em Sergipe foi desenvolvido em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU Nº 127/2013, Portaria CGU nº 133/2013 e Portaria TCU nº 175/2013, e está organizado em dez seções: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada, Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações, Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão, Prestação Direta de Serviços ao Público, Gestão de Pessoas, Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil, Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão, Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas, Ouvidoria e Correição

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Em Sergipe, o Incra está representado pela Superintendência Regional (SR-23) e compõe órgão descentralizado desta autarquia.

A missão da Superintendência do Incra em Sergipe está diretamente ligada ao objetivo central da autarquia: implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Conforme detalhamento dos gastos descritos no Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão, esta Regional recebeu no exercício de 2013 uma provisão no montante de R\$ 24.337.041,41. No entanto, houve uma anulação orçamentária de R\$ 1.611.600,00 (um milhão seiscentos e onze mil e seiscentos reais), correspondente a uma mudança na operacionalização na ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas. Assim, restou um saldo provisionado de R\$ 22.725.441,41. Deste total, foram empenhados R\$ 22.562.638,12, o que equivale a 99,28% do recurso disponível. Dos recursos empenhados, ocorreu a liquidação e pagamento de 37,83%.

Em contrapartida e apesar das limitações operacionais, ocasionados pelo reduzido quantitativo de servidores e indisponibilidade parcial de saldo financeiro, o INCRA-SE contribuiu para a política de Reforma Agrária mediante a execução de metas físicas distribuídas em 5 Programas e 13 Ações. Os seguintes resultados foram alcançados:

- Assentamento de 400 Famílias para o Programa de Reforma Agrária;
- Criação de 10 Projetos de Assentamento;
- Vistoria e avaliação de imóveis rurais em 14.125,51 hectares;
- Protocolo de 13 Licenças Ambientais;
- Obtenção de 12.867,67 hectares para a Reforma Agrária;
- Entrega de 232 títulos provisórios (concessão de uso) para Assentados da Reforma Agrária;

- Gerenciamento de dados cadastrais de 6.241 imóveis rurais;
- Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES para 9.472 assentados.
- Pagamento de Indenização de 711,48 hectares aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos;
- Certificação de 47 Imóveis rurais;
- Emissão de 18.057 CCIRs – Certificados de Cadastro de Imóvel Rural;
- Regularização Fundiária em 3.672 hectares;
- Conclusão dos Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Titulação das Comunidades Quilombolas Brejão dos Negros, em Brejo Grande, com área de 8.125,55 ha, Comunidade Pirangy, no município de Capela, com área de 128,19 ha (publicado no D.O.U em janeiro de 2014) e Comunidade Desterro, no município de Indiaroba, com área de 124,00 há;
- Capacitação de 34 servidores do INCRA-SE;
- Destinação de R\$ 3,2 milhões para implantação de sistemas de abastecimento de água e à abertura e manutenção de estradas de acesso aos assentamentos;
- Gestão Ambiental em 8 Projetos de Assentamento;
- Supervisão Ocupacional em 703 lotes da Reforma Agrária;
- Titulação de 22 imóveis rurais inseridos em locais destinados à criação dos territórios quilombolas em Sergipe.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE			
Denominação abreviada: SR-23/SE			
Código SIORG: 17125	Código 49201	LOA:	Código SIAFI: 373052
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:		(79) 4009-1507 / (79) 4009-1545 (FAX)	
Endereço eletrônico: gabinete@aju.incra.gov.br http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Coelho e Campos, 1300 Bairro Getúlio Vargas - Aracaju – Sergipe CEP: 49060-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
373052		INCRA-ARACAJU/SE	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
37201		INSTITUTO NAC. DE COLONIZAÇÃO E REF. AGRAR.	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373052		37201	

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

O plano estratégico da autarquia, definido pela Presidência em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, está estruturado em 12 eixos de atuação:

1. Superação da Pobreza Rural;
2. Produção, extração e manejo sustentável;
3. Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar;
4. Governança Fundiária;
5. Democratização do acesso à terra;
6. Autonomia das Mulheres Rurais;
7. Promoção do Etnodesenvolvimento;
8. Autonomia e Emancipação da Juventude Rural;
9. Abordagem Territorial;
10. Gestão e Participação Social;
11. Eficiência operacional;
12. Satisfação da equipe.

De acordo com a Resolução do Conselho Diretor nº 12, de 19 de junho de 2013 e Portaria nº 645, de 12 de novembro de 2013, o alinhamento da atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia é feito por meio do monitoramento das metas estabelecidas no “Plano de Ação”.

A seguir apresentamos os resultados para aquelas ações cujas metas foram estabelecidas no Plano de Ação - 2013.

Quadro 2 - Resultados das ações do INCRA-SE no exercício de 2013

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Execução %
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	5300	6241	117%
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	7200	3672	51%
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	838	3719	443%
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	1089,18	711,48	65%

211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	20.000	14.125,51	71%
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	308	320	104%
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	4	8	200%
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	7	13	186%
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	8401	9472	113%
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	713	824	116%
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	280	-	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	838	957	114%
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	150	-	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	440	232	53%
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	50	-	-
2000	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	24	34	142%

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

Observa-se que, de forma geral, as metas estabelecidas foram superadas, salvo em casos específicos que serão objeto de detalhamento no item 3 deste relatório.

Para o próximo biênio (2014-2015), esta Regional seguirá as orientações que constam no Plano de Ação – 2014, a ser apresentado pela Diretoria de Gestão Estratégica do INCRA.

3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	2958	4403	26.486,42	26.458,48	26.458,48	26.458,48	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	3672	23.323,02	23.283,97	23.283,97	23.283,97	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	838	3719	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	292.368,72	283.473,37	229.359,17	229.359,17	54.114,20
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	1089,18	711,48	4.878.911,41	4.864.492,63	1.671.895,35	1.671.895,35	3.192.597,28

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

Quadro 4 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos + Reinscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	1.281,31	340,56	940,75	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	30.000,00	145,44	29.854,56	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	1.305.317,62	0,00	1.305.317,62	0,00

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.1.2 Cartografia

O setor de Cartografia no INCRA possui as seguintes atribuições: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001. Promover a Certificação dos Imóveis Rurais.

Em Sergipe existe um grande número de imóveis rurais cujos posseiros ficam impossibilitados de acessar as políticas públicas por não possuírem título do imóvel. Esse importante instrumento apenas torna-se real caso haja intervenção do Estado para realizar um cadastro confiável, indispensável para lastrear um bom planejamento e a execução de ações voltadas para os agricultores familiares e viabilizar o georreferenciamento dos imóveis, condição necessária à expedição do Título de Propriedade. A ação de georreferenciar os imóveis rurais visando à regularização fundiária é executada através de Convênios com o Estado.

O procedimento de georreferenciamento e Certificação de Imóveis rurais pelo INCRA foi instituído pela LEI 10.267/2001 e regulamentadas pelos DECRETOS N°s 4449/2002, 5570/2005 e 7620/2011. Este documento é exigido para toda alteração de área ou de seu titular em Cartório nos termos da Legislação acima especificada. O processo é realizado exclusivamente pelo Incra e corresponde à elaboração de uma planta georreferenciada do imóvel visando garantir a inexistência de multiplicidade de títulos referentes à mesma área (sobreposição entre polígonos).

A meta prevista para o exercício de 2013, foi de georreferenciar 838 imóveis, sendo executado 3.719 imóveis georreferenciados, referentes aos processos certificados e da ação de Regularização fundiária CV/027.492/2008. correspondente 443%.

A Certificação do imóvel rural também possibilita ao INCRA a atualização de todas as informações cadastrais, como área, perímetro, atuais proprietários e confrontantes. Ressalta-se aqui a qualidade das informações referentes a área e perímetro, já que estas são obtidas através de modernas tecnologias de posicionamento por satélite, como o GPS, por exemplo. No ato da Certificação atesta-se que a poligonal referente aos limites do imóvel rural não se sobrepõe a nenhuma outra constante do cadastro georreferenciado do INCRA e que o memorial descritivo atende às exigências técnicas.

Em novembro do ano de 2013, foi implantado o SIGEF/SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA, visando subsidiar a governança fundiária do território nacional. Por meio do SIGEF, são realizadas Certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais (parágrafo quinto, art. 176 da Lei 6015, de 31/12/73) e a gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública, compreendendo: credenciamento de profissionais aptos a requerer certificação, autenticidade de usuários do sistema com certificação digital, seguindo padrões da infraestrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil, validação rápida, impessoal, automatizada e precisa, de acordo com os parâmetros técnicos vigentes, geração automática de peças técnicas (planta e memorial descritivo), com a possibilidade de verificação de autenticidade online, gerência eletrônica de requerimentos relativos a parcelas: certificação, registro, desmembramento,

remembramento, retificação e cancelamento, possibilidade de inclusão de informações atualizadas do registro de imóveis, via internet, permitindo a efetiva sincronização entre os dados cadastrais e registrais, gestão de contratos de serviços georreferenciamento com a administração pública, com acesso para órgãos públicos, empresas, responsáveis técnicos e fiscais, pesquisas públicas de parcelas certificadas, requerimentos e credenciados. A curto e médio prazo, há a previsão de aumento das informações cartográficas através da certificação de imóveis rurais pelo sistema SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), em funcionamento desde 20/11/2013, já que dispensa quase totalmente a necessidade de análise em processos administrativos tradicionais.

No início do ano de 2013, existiam até então 85 processos de certificação protocolados, sendo que somente 6 deles aguardavam início de análise (passivo). Ao final de 2013, mais 44 processos foram protocolados, totalizando 129 processos. No entanto, o número de processos aguardando início de análise ao fim de 2013 era de 4 processos. Durante o ano de 2013, 46 processos tiveram sua análise iniciada, e mais 35 processos foram reanalisados mediante a apresentação das correções pelos proprietários e responsáveis técnicos, totalizando 81 processos analisados em 2013. Ou seja, durante o exercício de 2013, 91 % do total de processos protocolados na SR-23 foram analisados.

A meta Institucional estabelecida para o exercício de 2013, referente a certificação foi de 40 imóveis rurais. A execução física realizada atingiu a 47 imóveis, equivalente a área de 26.496,50 ha, ultrapassando a meta em 17,5%.

Quadro 5 – Imóveis Certificados e Regularizados - 2013

Imóveis Certificados	Área Total	Imóvel Regularização Fundiária	Área Total (ha)
47	26.496,50	3.672	32.874,99

Fonte: SR-23/F – INCRA/SE

3.1.3 Territórios Quilombolas

O procedimento de titulação das comunidades remanescentes de quilombo foi instituído por força do art. 68 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo DECRETO N°4887/2003 e pela Instrução Normativa INCRA N° 57/2009. Segundo a IN N° 57/2009, o procedimento administrativo de identificação e titulação dos territórios quilombolas começa pela manifestação do interesse da comunidade, através de associação ou de ofício pelo INCRA. Resumidamente, as próximas etapas incluem: 1) o trabalho técnico de campo, formalizado e publicado oficialmente no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; 2) o momento em que os posseiros/proprietários de imóveis presentes no território quilombola podem contestar a área delimitada no RTID; 3) o julgamento administrativo das contestações e recursos apresentados pelos posseiros/proprietários; 4) as publicações da Portaria de reconhecimento e do Decreto que declara a área de interesse social; 5) a etapa de desintrusão, na qual os posseiros/proprietários não quilombolas são retirados da área demarcada, recebendo as devidas indenizações (quando proprietários legítimos), conforme avaliação realizada por técnicos do INCRA; e 6) por fim, a demarcação, titulação e registro do território.

Na ação Reconhecimento e Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, foram desenvolvidas no âmbito SR-23, as seguintes ações:

- Publicação no Diário Oficial da União, nos dias 20 e 23 de dezembro de 2013, dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação dos Territórios das Comunidades Quilombolas Catuabo e Forte, localizados nos municípios de Frei Paulo e Cumbe, respectivamente, totalizando uma área total de 2.3446,79 ha.

- Conclusão em 2013, dos Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Titulação das Comunidades Quilombolas Brejão dos Negros, em Brejo Grande, com área de 8.125,55 ha, Comunidade Pirangy, no município de Capela, com área de 128,19 ha (publicado no D.O.U em janeiro de 2014) e Comunidade Desterro, no município de Indiaroba, com área de 124,00 ha.

- Continuação da elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Titulação das Comunidades Mussuca, em Laranjeiras, Maloca, em Aracaju, Patioba, em Japaratuba, Terra Dura, em Capela, Bela Vista, em Riachuelo, Curuanhas, em Estância e Alagamar no município de Pirambu.

- Notificação dos proprietários rurais inseridos nos territórios das comunidades cujos relatórios estão em processo de elaboração e aqueles que os relatórios estão em fase de recursos (Contestação e Recurso), no caso são: Luzienses, em Santa Luzia do Itanhi, Ladeiras, no município de Japoatã.

- Atualização do Cadastramento de 226 famílias quilombolas nas comunidades Lagoa do Junco, Aningas e Porto da Areia, Porto Verde, Pirambu e Estância.

- Acompanhamento e Fiscalização do Contrato n. 38.000:10 – firmado entre o INCRA-Sergipe e a Empresa Agroindustrial PROAGI LTDA, cujo objeto visa a elaboração dos relatórios antropológicos das comunidades Mussuca, Maloca, Pirangy, Patioba, Terra Dura e Bela Vista.

Portanto, os recursos destinados à ação foram utilizados em atividades relativas ao processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas no Estado de Sergipe. Neste sentido, esforços foram mantidos para atuar em 04 (quatro) processos que estão com os RTIDs em fase de contestação e recurso – Luzienses, Pontal da Barra, Caraíbas e Ladeiras. Porém, devidos aos vários recursos interpostos pelos proprietários dos imóveis rurais, atrasando assim a publicação de portaria de reconhecimento das áreas no exercício de 2013.

Dentro do processo de divulgação e fortalecimento da política de programa quilombola a Superintendência Regional do INCRA-SE promoveu no período de 18 a 20 de novembro de 2013 o V Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe em Aracaju.

Entre as dificuldades encontradas na conclusão dos RTIDS estão os conflitos que envolvem proprietários rurais e quilombolas, acesso restrito às informações dos cartórios e identificação dos ocupantes dos territórios quilombolas, notificações dos proprietários, excesso de recursos aos RTIDs pelos proprietários, além da deficiência no quadro de pessoal.

Outra atividade realizada foi o Processo de Desintrusão, que consiste na vistoria e avaliação dos imóveis incidentes nos territórios quilombolas e titulação dos imóveis em nome das entidades representativas dos quilombolas. Da meta física prevista para indenizar 1,089,18 ha, a execução física foi de 1.583,21 ha (145 % superior), dos quais, 711,48 ha, os imóveis (Fazenda Santa

Izabel/Alto Bonito e Fazenda Morro do Gavião) foram efetivamente pagos e os demais, 871,73 ha, inscritos em resto a pagar.

No exercício ainda, foram efetivamente pagos os imóveis Fazenda Santa Izabel, com áreas de 363,19 ha e Fazenda Morro do Gavião, com 348,29 ha, totalizando uma área de 711,48 ha, ambos no território da Comunidade Quilombola Serra da Guia, em Poço Redondo/SE.

3.1.4 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

A meta estabelecida pela SR-23/F - gerenciar 4.000 (quatro mil) imóveis rurais e ajustada pela DF/DCF para 5.300 (cinco mil e trezentos) imóveis rurais no exercício de 2013 - foi atingida de forma satisfatória . Foram atualizados e gerenciados no SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural, no Estado de Sergipe 4.403 (quatro mil quatrocentos e três) imóveis, e conforme Portaria INCRA nº 1039 DE 28/10/2003, foi estendida a ação da Superintendência Regional de Sergipe – SR-23, para mais 16 municípios do Estado da Bahia: Adustina, Antas, Cipó, Coronel João de Sá, Fátima, Heliópolis, Itapicuru, Jandaíra, Jeremoabo, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Paripiranga, Rio Real, Ribeira do Amparo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. Destes, foram realizados 1.838 atualização cadastral, totalizando 6.241 imóveis rurais, superando a meta em 156,0%. Isso foi possível devido à efetiva participação dos servidores que atuam no Serviço de Cadastro Rural da Divisão de Regularização Fundiária da Superintendência e as parcerias estabelecidas com Prefeituras Municipais, Órgãos Estaduais – Secretaria de Estado da Administração, por meio do CEAC e Secretaria de Estado da Agricultura, por meio da EMDAGRO. As metas dessa ação de Ampliação da Rede Nacional de Cadastro Rural em 2013 foi estabelecida para 20 Municípios, sendo efetivamente realizadas 29 ampliações, superando a meta de 14,5% através de Acordos de Cooperação Técnica firmados no exercício de 2013. Estas parcerias são imprescindíveis para auxiliar de forma descentralizada no ordenamento e gerenciamento da malha fundiária e estatísticas cadastrais de imóveis com até quatro módulos fiscais (pequenos imóveis rurais).

A meta estabelecida para capacitação das UMCs – Unidades Municipais de Cadastramento/Prefeituras Municipais em 2013 foi de 40 (quarenta) técnicos. Foram promovidos vários eventos de Capacitação, 01 Encontro Estadual dos representantes das e 02 Reuniões com a ANOREG/Associação dos Notários e Registradores de Sergipe. As Capacitações e reciclagem foram realizadas com representantes de Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos (CEAC e EMDAGRO), totalizando 111 técnicos capacitados, superando a meta em 227,5%, com objetivo de descentralizar ações de cadastramento de imóveis rurais no SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural até 4 módulos fiscais, nos respectivos municípios e nos Postos Móvel do CEAC. Com as atualizações cadastrais, são emitidos pelo INCRA diretamente pelo SNCR/WEB e via INTERNET, os CCIRs – Certificados de Cadastro de Imóvel Rural, que é o documento que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis), de acordo com a legislação. Em 2013, foram emitidos 18.057 (dezoito mil e cinquenta e sete) CCIRs.

Nesta ação, a provisão recebida foi R\$ 26.486,42, empenhados R\$ 26.458,48 e liquidadas e pagos R\$ 26.458,48, na realização de Pactos de Cooperação Técnica com as Prefeituras e Órgãos Estaduais, fiscalização, supervisão e monitoramento nas Unidades Municipais de Cadastro (UMC) nos respectivos municípios, nos postos móvel da CEAC e EMDAGRO, Capacitação dos representantes das UMCs e dos Órgãos Estaduais, reuniões com Prefeituras, Cartórios, Sindicatos, Cooperativas, Associações e Instituições Diversas sobre Fiscalização e Gerenciamento do Cadastro

Rural, monitoramento dos dados literais das atualizações cadastrais oriundas de Regularização Fundiária.

Destacamos, que apesar do quadro funcional do Serviço de Cadastro Rural ter reduzido no exercício de 2013, houve avanço nos resultados dessa ação, extrapolando as metas pactuadas. Fator importante a registrar, é a procura acentuada pelos detentores de imóveis rurais para atualização dos cadastramentos de suas terras no SNCR, deste Estado e do Estado da Bahia, nos municípios próximos.

3.1.5 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

O objetivo desta ação é regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

A meta prevista para o exercício de 2013, de regularizar 7.200 imóveis, foi planejado levando em consideração o Convênio número 6.000/2003/Gleba Bonsucesso, que apesar de expirado o prazo, parte do produto foi feito e entregue o banco de dados em GEO em 2013 ao INCRA, equivalente a 3.672 imóveis. O convênio em execução em 2013 de nº 027.492/2008 – Gleba Simão Dias, firmado pelo INCRA X Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tendo como órgão executor a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, foi executado em sua totalidade, ou seja, 3672 imóveis regularizados, dos quais, 1.345 foram titulados, com área total de 32.874,9945 hectares, visando Regularização Fundiária para agricultores familiares, a partir de cadastro georreferenciado de Imóveis Rurais, arrecadação das glebas e posteriormente, expedição de títulos.

Nesta ação, a provisão recebida foi R\$ 23.323,02, empenhados R\$ 23.283,97 e liquidadas e pagos R\$ 23.283,97, visando intensificar no exercício de 2013, acompanhamento, fiscalização e monitoramento do convênio, através da Comissão Instituída pela Ordem de Serviço, composta por 1 Engenheiro Agrônomo e 1 Engenheiro Cartógrafo, gerando relatórios técnicos substanciados, assim como, elaboração de processamento gráfico em ambiente SIG, programa específico para incorporação no acervo digital fundiário do INCRA, anexados ao Processo Administrativo que versa sobre o convênio.

3.1.6 Principais Atividades de Controle do Gestor

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária é responsável pela execução dos Programas: – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras, com as ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, Certificação de Imóveis Rurais, Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Brasil Quilombola, composto das ações Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos e Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, no Estado de Sergipe e em 16 municípios do Estado da Bahia, sob a jurisdição da SR-23, conforme Portaria INCRA nº 1039 DE 28/10/2003.

Na Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, existem 59 (Cinquenta e nove) municípios com Acordos de Cooperação Técnica firmados no ano de 2013 e em anos anteriores. Os citados Acordos de Cooperação Técnica são renovados a cada 05 (cinco) anos, que visam a operacionalização das Unidades Municipais de Cadastro – UMC, Órgão das Prefeituras Municipais que realizam o cadastramento de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais (pequenas propriedades e posses), dando assim, capilaridade ao trabalho do INCRA, uma vez que esta Instituição, só possui escritório na capital. Com a descentralização, é possível beneficiar proprietários e posseiros de imóveis rurais, que podem obter o serviço de cadastro de seus imóveis no próprio município, sem necessidade de deslocamento a Aracaju, além de possibilitar ao INCRA, melhorar a gestão da malha fundiária nacional através da inserção de novas informações no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Também foram realizadas 10 capacitações aos representantes das UMCs – Unidades Municipais de Cadastro/Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos e reuniões com a ANOREG/Associação dos Notários e Registradores de Sergipe, com objetivo de descentralizar ações de cadastramento de Imóveis Rurais no SNCR, num total de 111 técnicos capacitados. Foram emitidos via SNCR 3.589 CCIRs e via Internet 14.468 CCIRs – Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais.

Quanto ao georreferenciamento e regularização fundiária de imóveis rurais, cujas ações são realizadas através de convênios firmados com o Órgão Estadual de Terras, não houve pactuação de novos convênios em 2013, ficando esta Instituição, com monitoramento e acompanhamento do convênio em execução. Essa ação é importante, pois permite que milhares de imóveis que se encontram na condição de posse possam ser titulados e incluídos no Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR, possibilitando o conhecimento da situação fundiária estadual, bem como permitir o acesso dos beneficiários às diversas políticas dirigidas ao segmento da agricultura familiar, o que traz como benefícios desenvolvimento para as regiões atendidas, melhorando a condição social e econômica das pessoas atendidas. Nessa Ação de Regularização Fundiária, foram regularizados 3.672 imóveis e expedidos títulos a 1.345 imóveis.

Na Ação de Certificação de Imóveis Rurais, o objetivo é garantir a inexistência de multiplicidade de títulos referentes à mesma área (sobreposição entre polígonos), conferindo maior segurança jurídica, inibindo a grilagem de terras e permitindo uma eficiente gestão da malha fundiária. No ato da Certificação, atesta-se que a poligonal referente aos limites do imóvel rural não se sobrepõe a nenhuma outra constante do cadastro georreferenciado. Em novembro de 2013, foi implantado o SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária, visando subsidiar a governança fundiária do território nacional. Por meio do SIGEF são realizadas a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais e a gestão dos contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública. No início do ano de 2013, existiam até então 85 processos de certificação protocolados, sendo que somente 6 deles aguardavam início de análise (passivo). Ao final de 2013, mais 44 processos foram protocolados, totalizando 129 processos. No entanto, o número de processos aguardando início de análise ao fim de 2013 era de 4 processos. Durante o ano de 2013, 46 processos tiveram sua análise iniciada, e mais 35 processos foram analisados mediante a apresentação das correções pelos proprietários e responsáveis técnicos, totalizando 81 processos analisados em 2013. Ou seja, durante o exercício de 2013, 91 % do total de processos protocolados na SR-23 foram analisados. Extrapolamos a meta pactuada em 17,5%, tendo o quantitativo de processos certificados em 47 no ano de 2013.

O Programa Brasil Quilombola foi instituído no ano 2003, através do Decreto 4887/03, que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para promover a regularização dos territórios quilombolas no país.

Este marco jurídico transferiu a competência, até então, da Fundação Cultural Palmares para o INCRA. Com isso, a Instituição promove os estudos Técnicos visando a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

No Estado de Sergipe, a Fundação Cultural Palmares certificou 27 (vinte e sete), comunidades quilombolas, onde estão cadastradas 4.217 famílias. Dasquelas, 03 foram certificadas no ano de 2013. Até 2013, 03 Territórios foram declarados de Interesse Social por meio de Decreto Presidencial. Com relação as ações desenvolvidas pela Superintendência Regional no Programa Brasil Quilombola, estão detalhadas no tópico específico da Ação.

3.1.7 Indicadores

Quadro 6 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	83,38%
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	184,09%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	40,8%
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Fonte: SR-23/F – INCRA/SE

- Índice de Cadastramento de imóveis Rurais = $\text{AREA (INCRA-ha)} / \text{ÁREA (IBGE-ha)} = 2.664.871,33 / 3.195.946,20 = 83,38\%$
- Índice de análise de processos de Certificação de imóveis = $81 / 44 = 184,09\%$ (todos de 2013 + parte passivo de 2012 foram analisados)
- Índice de Regularização Fundiária = $3672 / 9000 = 40,8\%$

3.1.8 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Informamos que no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) não há registros de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha no Estado de Sergipe. Importante destacar também que no âmbito da SR-23 não são realizadas atividades de discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União. Quanto à Regularização de Imóveis Rurais, a abordagem foi realizada em item anterior.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Em relação a ação 211A, referente a Meta Física-Vistoria Realizada (ha), foi possível cumprir 70,6% de execução física, com a utilização de 91% da provisão prevista. O custo maior para cumprimento de 70% da meta física fora devido a necessidade de um período maior em campo por parte dos Peritos Federais Agrários – PFA, visando atendimento as novas Portarias do MDA/2013, especificamente a de nº 05, o qual exige além do Laudo de Vistoria e Avaliação – LVA, anteprojeto de parcelamento do futuro projeto e Estudo Acerca da Capacidade de Geração de Renda – ECGR, ocasionando uma despesa maior para o seu atendimento.

Nesta mesma ação, porém na Meta Física – Família assentada, esta Divisão obteve o cumprimento de 104% da meta prevista, fato devido principalmente as imissões de posse ocorridas em municípios baianos sob jurisdição desta Regional, no total de 06 (seis) propriedades, sendo que muitas dessas há meses aguardavam apenas o auto de imissão de posse, o que ocorreu em massa no exercício anterior, permitindo assim, o atingimento da meta pactuada. Ao nosso entender, outro fator significativo positivo em relação a fator diretamente influenciável por essa meta, fora a criação de 10 (dez) novos Projetos de Assentamento no exercício anterior.

Sobre a ação 211B , em atenção a Meta Física – Emissão de TDA (ha) , fora emitido os Títulos relativos a imóveis rurais decretados de interesse social no exercício, os quais deverão ser ajuizados no exercício 2014.

Em atenção as ações ao Serviço de Meio Ambiente, é importante salientar a publicação do novo Código Florestal, o qual dentre diversas alterações, estabelece a necessidade de inclusão dos novos assentamentos/antigos ao Cadastramento Ambiental Rural- CAR. Nesse sentido, obtivemos avanço no Órgão Estadual de Meio Ambiente da Bahia, permitindo a criação de assentamento naquele Estado, quanto a Sergipe, o CAR ainda necessita de implementação.

Quadro 7 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	20.000	14.125,51	240.256,53	233.634,07	220.134,07	220.134,07	13.500,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	308	320	106.123,52	106.055,47	100.491,39	100.491,39	5.564,08
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	12.867,67	4.603.321,71	4.603.321,71	1.143.996,08	1.143.996,08	3.459.325,63
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	4	8	73.470,00	65.247,28	38.975,45	38.975,45	26.271,83
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	7	13	224.540,91	220.355,36	190.755,36	190.755,36	29.600,00
210R	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Família acampada assistida (fam)	-	9204	82.306,25	31.665,54	31.665,54	31.665,54	0,00

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos + Reinscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	9.497,43	0,00	9.497,43	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	711,27	0,00	711,27	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	69.775,11	0,00	69.775,11	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	15.771,85	9.853,45	5.918,40	0,00
210R	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Família acampada assistida (fam)	35.155,00	0,00	35.155,00	0,00

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Primeiramente, vale esclarecer que no Estado de Sergipe inexistem terras públicas para incorporação ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Quanto as terras privadas, esta Divisão atua em duas frentes, na fiscalização do cumprimento da função social da propriedade, via Lei 8.629/93, no intuito de efetuar a desapropriação de imóveis rurais improdutivos e via aquisição através do Decreto 433/92, o qual autoriza a compra do INCRA de propriedades rurais insusceptíveis de desapropriação.

Nessa ótica, no exercício anterior foram decretados de interesse social para fins de reforma agrária 10 (dez) novas áreas sob Jurisdição da Superintendência Regional de Sergipe, destarte, será prioritária a avaliação dessas glebas ainda no primeiro semestre, visto que as mesmas podem ainda no exercício se transformar em novos Projetos de Assentamento. Para expedição desses decretos, fora centrado esforços em processos administrativos de áreas anteriormente já classificadas como improdutivas, nesse sentido, foi realizado um número maior de Avaliações de Imóveis rurais e Estudo de Capacidade de Geração de Renda, visando atendimento a Portaria MDA nº 05/2013, em comparação à Laudo de Agrônomo de Fiscalização- LAF.

Nessas avaliações obtivemos um custo/médio por hectare de R\$ 3.262,01 (três mil duzentos e sessenta e dois reais e um centavo) para propriedades localizadas na Bahia, e de R\$ 4.384,85 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) para as localizadas em Sergipe.

Para esse exercício, além das avaliações dos imóveis rurais decretados de interesse social, planeja-se a fiscalização do cumprimento da função social em glebas localizadas em regiões com maior demanda social e ainda, buscar junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR as maiores propriedades rurais sob jurisdição de Sergipe, com intuito de localizar ainda a existência de grandes propriedades.

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Em relação aos imóveis rurais objeto de descentralização de recursos e expedição de Títulos da Dívida Agrária - TDA no exercício anterior, fora descontado passivo ambiental em 03 (três) propriedades. O referido passivo foi calculado pela necessidade de isolamento das Áreas de Preservação Permanente e locação de Reserva Legal.

Quadro 9 – Desconto referente ao passivo ambiental em imóveis desapropriados

Imóvel	Quantidade de cerca	Valor descontado (R\$)
Barroca Funda	1.500,00	6.705,00
Baixa do Cumbe	2.200,00	9.384,00
Baixa das Cobras	1.500,00	6.705,00
TOTAL		22.794,00

Fonte: SR-23/T – INCRA/SE

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

No exercício de 2013, foram incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária mais 08 (oito) imóveis rurais sob jurisdição de Sergipe, sendo 06 (seis) imóveis localizados na Bahia e 02 (dois) em Sergipe, conforme dados abaixo:

Quadro 10 – Imóveis incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária

Fazenda	Município	Área Medida (ha)
São João Catu	Itapicuru/BA	768, 6717
Brejo Grande	Itapicuru/BA	1.089,1213
Nova Esperança	Itapicuru/BA	217,6003
Mariana	Adustina/BA	271,8018
Gravatá	Adustina/BA	630,8763
Lagoa da Vila	Poço Redondo/SE	589,0265
Guanabara	Santa Brígida/BA	321,5482
Betânia II	Lagarto/SE	302,6451

Fonte: SR-23/T – INCRA/SE

Quando ao registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas, ver item “ Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR” .

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Na jurisdição desta Regional, o qual engloba todo o Estado de Sergipe e 16 (dezesesseis) municípios do Estado da Bahia, existe atualmente um passivo de 9.397 (nove mil, trezentos e noventa e sete) trabalhadores rurais acampados, pleiteando o acesso à terra.

Para amenizar/sanar o passivo existente, pretende essa Divisão intensificar ações na área de desapropriação/aquisição nos municípios do Estado da Bahia, onde localiza-se um maior número de propriedades suscetíveis a desapropriação, com custo para aquisição também menor em comparação com os municípios sergipanos, o qual devido à expansão principalmente das monoculturas do milho e da cana, tem elevado o valor das propriedades.

Existe ainda nesse sentido, proposta de aditivo referente ao Convênio 04000/2007, celebrado com o Governo do Estado, para implantação de colônias agrícola, o qual carece de posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU. Caso haja aquiescência daquele Tribunal, será possível sanarmos também parte da demanda social existente no Estado de Sergipe, inclusive com a obtenção de imóvel rural demandando há mais de 18 anos, o que beneficiará mais de 200 (duzentas) famílias.

Estimar custo para o assentamento destas famílias ainda acampadas configura-se uma projeção empírica. Porém, baseando-se no custo/família das propriedades desapropriadas no ano

exercício anterior, o qual tiveram avaliações em período anterior ao de 2013, seria necessário um montante aproximado de R\$ 80.000,00/família .

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Para planejamento das atividades e controle do que é executado por esta Divisão, há diversas planilhas de monitoramento mensal, nas quais são descritas as atividades por ação, seja na área de obtenção de terras (perícias judiciais, levantamento preliminar de dados, avaliação de imóveis rurais, anteprojeto de parcelamento), ou na de implantação de projetos de assentamentos (assentamento criado/reconhecido, famílias assentadas por via de desapropriação, por via de aquisição) ou ainda, no serviço de meio ambiente (gestão ambiental em PA's, cadastramento de imóveis junto ao CAR, licenças expedidas).

Ainda no planejamento de atividade, é realizada no início do exercício reuniões com os servidores lotados na Divisão, com intuito de esclarecer as diretrizes adotadas pelo INCRA/SEDE. Dentre essas diretrizes, no exercício anterior fora colocado como atividade por parte da Diretoria de Obtenção de Terras, a inclusão das famílias acampadas no Cadastro Único, como condição para assentamentos desta. Nesse sentido, fora articulada com as Prefeituras Municipais, a realização de mutirões em municípios com grande número de famílias acampadas para a inclusão das mesmas no CADÚnico.

3.2.7 Indicadores

Quadro 11 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	R\$ 2.272,61 (Muitas dessas avaliações ocorrem em 2012)
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	150%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	26,22%

Fonte: SR-23/T– INCRA/SE

- Índice de gastos com Obtenção de Terras = $R\$ 5.393.319,43 / 2317,8962 = R\$ 2.272,61$
- Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento = $15 / 10 = 150\%$
- Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor = $59 / 225 = 26,22\%$

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 12 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	8401	8401	6.276.809,64	6.223.946,62	2.976.847,50	2.976.847,50	3.247.099,12
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	83	1.701.600,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	713	824	3.344.651,78	3.340.528,87	69.036,40	69.036,40	3.271.492,47
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	280	-	100.000,00	100.000,00	20.157,42	20.157,42	79.842,58
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	838	957	145.000,00	144.032,71	137.077,47	137.077,47	6.955,24
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	703	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	150	-	55.135,00	55.071,56	55.071,56	55.071,56	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	440	232	10.000,00	9.924,45	9.924,45	9.924,45	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	5.767,80	5.655,16	5.655,16	5.655,16	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	55.241,95	55.241,95	34.591,69	34.591,69	20.650,26
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	50	-	1.247,80	1.247,80	1.247,80	1.247,80	0,00

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos + Reinscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	16.572.412,88	14.978,47	11.646.851,01	4.910.583,40
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	17.736.800,00	5.005.200,00	2.246.600,00	10.485.000,00
10YN	Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	Projeto consolidado (un.)	264.190,68	264.190,68	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	338.511,77	167.281,39	171.060,38	170,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	10.238,79	1.775,45	6.463,34	2.000,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	273.220,00	273.220,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

A SR/23, devido ao pequeno tamanho territorial do estado de Sergipe, não subdividiu as ações por microrregiões. Praticamente todo o território faz parte dos territórios da cidadania e as áreas de influência do Plano Brasil Sem Miséria também estão pulverizadas em todo o Estado, não necessitando desta subdivisão. As ações de implantação de infraestrutura são executadas de acordo a disponibilidade orçamentária de cada exercício. A dotação orçamentária disponível sempre esteve aquém das nossas demandas, por outro lado também não conseguiríamos atender um maior orçamento, devido a pequena capacidade operacional (hoje composta por dois engenheiros civis). Para sanar esses problemas e diminuirmos o nosso passivo, buscamos e firmamos parcerias com outros Órgãos Governamentais, com o intuito de resolver a questão orçamentária e também a capacidade operacional. Um exemplo de parceria foi o CV 9000/08, celebrado entre o INCRA SR/23 x Governo do Estado de Sergipe, para elaboração de projetos básicos de água em diversos assentamentos do estado, principalmente em regiões em que necessariamente precisam da parceria com o Estado, pois os projetos de abastecimento de água necessitam de adutoras, que serão alimentadas pelo Sistema de água da DESO (planilha demonstrativa em anexo). Outro exemplo foi a parceria com a FUNASA para a execução destes projetos, com o intuito de suprir a falta orçamentária da SR, pois esses projetos foram orçados em mais de 18 milhões de reais, orçamento muito além da nossa realidade, uma vez que a nossa média anual é em torno de 2 milhões de reais.

Para atender a demanda de obras de estradas, firmamos convênio e termos de compromisso com as prefeituras de Poço Redondo, Simão Dias, Estância, Tomar do Gerú, Tobias Barreto, Gararu no estado de Sergipe e a prefeitura de Itapicuru, no estado da Bahia, seguindo a mesma lógica de parcerias com outros Órgãos Governamentais, no valor global de R\$ 2.426.960,00. Estes convênios e Termos de Compromissos tem por meta recuperar e implantar 150 km de sistemas viários de acesso aos lotes atendendo 1.233 famílias.

Além dessas ações, no exercício 2013 por execução direta concluímos o sistema de abastecimento de água do PA Sete Brejos, atendendo 67 famílias e licitamos no final de 2013 para início das obras em 2014 o valor de R\$ 526.259,47, para atender o sistema de abastecimento de água de 85 famílias, concluímos as obras de estradas atendendo 924 famílias e licitamos no final de 2013 para iniciar em 2014 a construção e reforma de estradas no valor global de R\$ 318.162,93,00.

Para os exercícios seguintes, continuaremos a focar nas parcerias com outras instituições, priorizaremos atender as demandas do programa minha casa minha vida no PNHR, pois é condição vital para a execução do programa garantir a parceria entre o INCRA e o Ministério da Integração, aqui operado pela COHIDRO, na execução de projetos de abastecimento de água.

A energia elétrica esáa sendo atendida pelo programa luz para todos, o qual a SR-23 já repassou a demanda para o programa.

A assistência técnica está atendendo a praticamente todos os PAs em processo de consolidação através dos contratos 2.000 e 39.000, onde as metas previstas em contrato visão preparar os assentamentos para a consolidação.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

210S: Na ação Assistência Técnica, atingimos a meta física com um total de 8.401 famílias atendidas, número próximo a praticamente 100,0% das famílias assentadas aptas a acessar o

programa. Em relação a execução orçamentária, os valores de pagamento à prestadora variam mensalmente de acordo as metas concluídas;

0427: Crédito Instalação: Praticamente não houve execução orçamentária no exercício, devido ao processo de mudança que ficou previsto para a concessão e operacionalização do crédito, a exemplo da incorporação do público do PNRA ao PNHR, extinguindo as modalidades aquisição e recuperação de materiais de construção, da nova proposta de fomento a produção e da proibição de abertura de contas para operacionalizar o crédito. O valor empenhado e liquidado refere-se a um valor para a construção de 06 unidades habitacionais no PA Bom Jardim II (R\$15.000,00/fam);

211A: Infra-estrutura: A execução orçamentária foi para atender 03 convênios com prefeituras e 04 termos de compromisso também com prefeituras para obras de construção e reformas de estradas em projetos de assentamentos no valor global de R\$ 2.426.960,00, R\$ 526.259,47 execução direta licitando obras de abastecimento de água e R\$ 318.162,93, execução direta para atender obras de construção/recuperação de estradas. A meta de famílias são as que serão atendidas pelas obras.

211A: Supervisão do crédito instalação: No exercício 2013, realizamos a supervisão e fiscalização de créditos que já estavam nas contas de exercícios anteriores, e praticamente zeramos todos os saldos existentes nessas contas, aplicando as modalidades fomento a 31 famílias, aquisição de materiais de construção a 302 fam., recuperação de materiais a 14 fam e semi-árido a 101. Realizamos também diversas reuniões em vários assentamentos para a divulgação do programa minha casa minha vida;

211A: Demarcação Topográfica: Não houve execução física, pois não houve disponibilidade orçamentária para atender a nossa SR. Apresentamos um plano de ação ao INCRA SEDE para tentarmos recursos para a execução da ação no próximo exercício. A despesa empenhada e liquidada foi para a confecção de projetos básicos nos novos PAs;

211A: Titulação: Não houve emissão de novos títulos no exercício. A execução orçamentária foi para a emissão e entrega de contratos de concessão de uso (CCU) em diversos PAs;

210T: Capacitação e formação profissional: Todo o recurso inscrito em restos a pagar que era para atender o convênio que seria firmado entre a FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SERGIPE – FUNCEFET-SE o INCRA-SR-23 o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS e o MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, o CV 777760/2012 foi cancelado, pois não foi possível celebrar o convênio.

No exercício 2013 foram fiscalizadas 703 parcelas para verificação da situação ocupacional, situação ambiental e cláusulas resolutivas do contrato de concessão de uso do assentamento (CCU), das quais foram identificados 106 lotes com ocupação irregular - sendo 65 lotes ocupados por terceiros que foram devidamente regularizados, segundo a instrução da IN 71/12 - , ocupação em área de reserva legal no PA Nova Esperança /Gararu - o qual os trabalhos estão em fase de conclusão para a desocupação -, ocupação irregular por terceiros em área de preservação permanente no PA Ilha do Ouro/Porto da Folha, com trabalhos em fase de instrução administrativa. A SR-23 gerencia a demanda apresentada através de denúncias dos próprios assentados e de demandas apresentadas pelo MPF, Polícia Federal e Ouvidoria Agrária Nacional. Para o próximo exercício tentaremos ampliar a supervisão para no mínimo 10% dos lotes

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

A SR-23 intensificou os trabalhos de campo visando cumprir as etapas das ações voltadas ao desenvolvimento do assentamento num menor espaço de tempo possível: Elaboração de projeto básico de cartografia para demarcação dos lotes e demarcação de áreas de reserva legal e preservação permanente logo após a emissão de posse do assentamento, para garantir a preservação dos recursos naturais e já indicar ao assentado a área de exploração agrícola, o início da aplicação do crédito instalação também logo após a emissão da posse e homologação da relação de beneficiários e para garantir a contratação da moradia pelo PNHR, a realização de obras de infraestrutura hídrica e de estradas de acesso ao projeto de assentamento.

No exercício 2013 os trabalhos de aplicação do crédito ficaram prejudicados devido ao processo de mudança que estava em curso e praticamente não houve liberação de recurso orçamentário e financeiro para atender as metas. Primeiramente houve a incorporação no programa minha casa minha vida do público beneficiário do PNRA, o que retirou do INCRA a responsabilidade orçamentária/financeira e operacional de construir e reformar unidades habitacionais em assentamentos de reforma agrária, ato deliberado através da Portaria Interministerial nº 78/2013. A responsabilidade da SR foi divulgar o programa aos assentados, apresentar às instituições financeiras o passivo de casas a serem construídas, apresentar os documentos necessários à contratação das obras, garantir a infraestrutura básica para a contratação do projeto e monitorar a contratação dos mesmos. Segundo, houve a proibição de abertura de novas contas bancárias para a aplicação do crédito instalação, através do Memo Circular DD nº 229/2013 de 29/04/2013, e até o final do exercício a proibição prevaleceu. Por ultimo em junho de 2013, a Portaria nº 352/2013 retirou das contas do crédito instalação todo o saldo financeiro, sendo posteriormente restabelecido parcialmente. Por esses motivos a aplicação do crédito instalação ficou prejudicada, só aplicamos praticamente os recursos que estavam empenhados e inscritos em restos a pagar, mesmo assim conseguimos concluir a aplicação do crédito instalação a 957 famílias. Esperamos a normalização da Ação no exercício 2014, pois ficou decidido que a gestão dos créditos instalação fica sob a responsabilidade do INCRA (parágrafo 5º do artigo 1º da MP nº 636 de 26 de dezembro de 2013) para que possamos dar prosseguimento ao atendimento às famílias assentadas e avançarmos no processo de consolidação dos assentamentos.

Em relação às cobranças do crédito, trabalhamos no exercício com a possibilidade de remissão das dívidas, e fomos instruídos pelo INCRA SEDE a aguardar o posicionamento da Casa Civil em relação ao tema, para que pudéssemos montar uma estratégia de ação. Houve a publicação da MP nº 636 em 26 de dezembro de 2013 que de fato concedeu a remissão a quase todos os assentados. Iremos adotar todos os procedimentos necessários para a aplicação da MP no próximo exercício.

A assistência técnica foi prestada através da ATER, onde optamos pela execução direta através de chamada pública, de um novo contrato, contrato de nº 2000/12 atendendo 6.011 famílias, contratando 101 técnicos e renovamos o contrato nº 39.000, que atendia 2.390 famílias com 46 técnicos contratados. Com isso passamos a atender praticamente todas as famílias assentadas em nossa jurisdição, só ficando de fora 1.229 famílias assentadas em assentamentos já consolidados (deverão ser atendidas diretamente pelo MDA) e as famílias assentadas no exercício 2013, que deveriam ser atendidas quando da renovação dos contratos no exercício 2014. A assistência técnica constitui ao lado do crédito, o principal vetor de desenvolvimento de um assentamento. E ela que deverá capacitar os assentados à produção e organização do assentamento, praticamente funcionando como um braço operacional da Divisão de Desenvolvimento na implementação das

políticas públicas. Conseguimos com muito esforço e gestão junto ao INCRA SEDE manter os pagamentos em dia, e realizar a fiscalização e acompanhamento das metas previstas nos contratos.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

Como forma de controlar as atividades desempenhadas pela Divisão de Desenvolvimento e garantir o conteúdo das informações registradas, realizamos reuniões semanais com os servidores lotados na Divisão para acompanhar os processos e os procedimentos. Desenvolvemos planilhas para monitorar o cumprimento das metas e essas informações são concentradas com a Chefia. Utilizamos também visitas a campo para verificar se as informações prestadas são fidedignas.

3.3.6 Indicadores

Quadro 14 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	26,27%
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	450%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	118,43%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	

Fonte: SR-23/D– INCRA/SE

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	1966
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	1966
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	82,52%
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	6,9%

Fonte: SR-23/D– INCRA/SE

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	12,02%

Fonte: SR-23/D– INCRA/SE

- Índice de acesso à água para consumo doméstico = $67/255 = 26,27\%$
- Índice de provimento de PDA/PRA = $45/10 = 450\%$
- Índice de acesso à moradia nos assentamentos = $302 / 255 * = 118,43\%$
- Índice de provimento de Assistência Técnica = $8401 / 10180 = 82,52\%$
- Índice de Parcelas Supervisionadas = $703 / 10180 = 6,9\%$
- Índice de consolidação de assentamentos = $1224 / 10180 = 12,02\%$

* Obs: O número total de famílias assentadas em 2013 foi 400. Destas, 255 são famílias assentadas em projetos criados no exercício e as demais refletem a regularização (substituição de famílias assentadas).

a) Só foi contemplado no exercício o projeto de assentamento Sete Brejos, com 67 famílias. Estão previstos para o exercício 2014 o atendimento a 706 famílias em 24 projetos de assentamentos através da parceria com a FUNASA e mais 2.012 famílias em 55 projetos de assentamentos através da parceria com o Ministério da Integração, além de mais 125 famílias em 04 projetos de assentamentos através de execução direta. Com essas ações esperamos reduzir significativamente o passivo de provimento de água as famílias assentadas;

b) Índice de provimento de PDA/PRA. Com os contratos em vigor de assistência técnica, praticamente atenderemos a todos os novos PAs, ficando todos os assentamentos providos de PDA, com o contrato de assistência técnica 2000;

c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos, índice bastante positivo e que deverá avançar ainda mais no exercício 2014, devido à incorporação das famílias do PNRA ao PNHR. Com isso a disponibilidade orçamentária/financeira que sempre foi o gargalo na diminuição do passivo não deverá ser problema e a equipe de crédito da SR-23 continuará a fomentar a divulgação do programa para que as famílias participem o mais breve possível;

d) O número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção foi bastante significativo, tendo em vista ao alto grau de endividamento das famílias assentadas, o que não permite o acesso a novas linhas de crédito. Esse fato foi afirmado com a necessidade de remissão das dívidas dos assentados através da MP 636/2013. Com essa remissão poderemos aumentar esse quantitativo de famílias aptas a acessarem novos créditos, pois a assistência técnica estará garantida;

e) O índice de provimento de Assistência Técnica também foi bastante significativo, se nós retirarmos os assentamentos consolidados, que não estão na nossa responsabilidade, esse índice chegará a 93,88%, só estando de fora os assentamentos criados após a celebração dos contratos, mas que serão contemplados no exercício 2014. Esse índice mostra a relevância da Ação dentro da superintendência;

f) O Índice de parcelas supervisionadas, pode parecer baixo, mas em números absolutos foi positivo, principalmente pela baixa capacidade operacional da SR-23/D. Priorizamos supervisionar aqueles assentamentos onde houveram denúncias de irregularidades e atender as demandas do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Ouvidoria Agrária Nacional. Não foi levado em consideração o atendimento direto prestado, pela ATES, que pela natureza das ações também supervisiona as parcelas;

g) O índice de consolidação de assentamentos, esse índice de 12,0%, se fosse mantido a cada ano, seria suficiente para que no prazo de 10 anos consolidássemos todos os assentamentos, meta esta que deverá ser perseguida pelas gestões do INCRA para que os Assentamentos de Reforma Agrária atinjam o seu apogeu e conseqüentemente consiga gerar renda e cidadania aos assentados.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Como já descrito no Relatório, realizamos diversas parcerias com outros agentes governamentais para o atendimento do provimento de água às famílias assentadas. Reconhecemos que os nossos próprios (execução direta) não seriam suficientes. Primeiramente em 2008 firmamos convênio com o Governo do Estado de Sergipe para a elaboração de projetos básicos de água. Devido a problemas com a empresa executora esses projetos só foram entregues no exercício 2013. Ao todo foram elaborados 28 projetos em 28 PAs, sendo orçado em mais de 19 milhões de reais.

Como também já relatado, a nossa média anual de recurso orçamentário para obras de infraestrutura é de 2 milhões de reais, para solucionar esse déficit, firmamos parceria com a FUNASA para repassarmos os projetos básicos elaborados para serem executados, pois para a FUNASA a questão orçamentária não seria problema. Com isso resolvemos os problemas orçamentários e atenderemos as famílias.

Outra gestão importante foi a celebração do convênio entre o INCRA SEDE e o Ministério da Integração para a implantação de projetos de abastecimento de água em 55 projetos de assentamentos, atendendo 2012 famílias, que será operacionalizado pela COHIDRO, empresa com expertise na área de abastecimento de água. Para o exercício 2014 contratamos a execução de 03 projetos de abastecimento de água para atender 85 famílias e contratamos um Geólogo para elaboração de projeto básico para atender 256 famílias em 03 PAs.

3.4 Divisão Administrativa

3.4.1 Demonstração dos resultados das Ações

No exercício de 2013, a Ação 2000 – Administração da Unidade comportou-se em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas no início do citado exercício financeiro, não ocorrendo maiores transtornos que pudessem alterar o planejamento que foi previamente estabelecido, assim como foi possível se evitar um acréscimo indevido nos valores das despesas administrativas.

Não obstante, os gastos que ocorreram acima das projeções inicialmente planejadas, decorreram das intervenções da economia nacional, tais como: aumento do salário mínimo (reflexo direto nos contratos terceirizados), reajustes de preços nos gastos com os serviços de telefonia, fornecimento de água e fornecimento de energia elétrica, mediante a aplicação dos indicadores econômicos inflacionários fixados pelo Governo.

À exceção, citamos os momentos de restrição orçamentária e financeira ocorridos no ano de 2013, que prejudicaram o cumprimento tempestivo de alguns compromissos financeiros desta UJ 373052, ocasionando, inclusive, uma maior inscrição de despesas nas contas de Restos a Pagar, já que, no final do ano de 2013, não foi possível o cumprimento dos compromissos de pagamento de todas as despesas que estavam empenhadas, já que a UJ 373052 não foi contemplada com a descentralização dos recursos financeiros com lastro total para quitação de todas suas despesas que estavam, no final de 2013, aptas para os respectivos pagamentos.

No que tange à meta de Capacitação de Servidores, importante frisar que a UJ 373052, no ano de 2013, realizou o total de 34 (trinta e quatro) servidores capacitados, sendo que a meta da citada Ação, foi fixada em 24 (vinte e quatro) servidores capacitados.

Assim, verifica-se que a meta de Capacitação atingiu um percentual superavitário de 41,66%.

Este resultado altamente positivo deveu-se, especialmente, às ações proativas desenvolvidas pela Divisão de Administração da UJ 373052, no sentido de otimizar os pouquíssimos recursos recebidos do INCRA/Sede, destinados para tal Ação.

As principais ações desenvolvidas, que resultaram na extrapolação da meta de Capacitação em 41,66%, foi a utilização do próprio Banco de Talentos da UJ, donde servidores com conhecimentos técnicos específicos em determinados temas, socializaram seus conhecimentos com os demais colegas mediante a realização dos respectivos eventos de capacitação.

Em exemplo, citamos o Seminário sobre Assistência Técnica, realizado por técnicos do INCRA/Sede, com a participação de 02 (dois) servidores desta UJ 373052. Outro evento de capacitação que foi ministrado diretamente pela Autarquia, foi a Capacitação para Antropólogos, realizado no INCRA/Bahia, que contou com a participação de 04 (quatro) servidores deste INCRA/Sergipe. Não obstante, citamos ainda o curso denominado Legislação Sobre Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros, que obteve a participação de 02 (dois) servidores desta UJ, mediante parceria com o INCRA/Bahia.

Outra importante metodologia utilizada pela Divisão de Administração, que também resultou no cumprimento satisfatório da meta de Capacitação, foi a continuidade da relevante e salutar parceria institucional que a UJ possui com a Controladoria Geral da União em Sergipe.

Tal parceria, assim como ocorrido em outros exercícios, possibilitou a realização, por parte do citado Órgão de Controle Interno, do treinamento denominado Suprimento de Fundos – Uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, ministrado no exercício de 2013, e que contemplou a participação de 13 (treze) servidores da UJ 373052.

Todavia, e em que pese as ações proativas que foram implementadas pela UJ 373052 no exercício de 2013, visando o cumprimento da meta de Capacitação, necessário registrar a frustração ainda existente, pois, se por um lado, o Governo Federal menciona tanto a necessidade da Administração Pública se modernizar - e tal modernização passa diretamente pela obrigatoriedade dos servidores estarem devida e constantemente capacitados -, por outro lado, o próprio Governo não possibilita, do ponto de vista orçamentário e financeiro, maiores índices de investimento na capacitação dos servidores.

Quadro 15 - Ações do macroprocesso Administração da Unidade - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
2000	Administração da Unidade	Sem produto	-	-	1.822.244,98	1.307.400,43	1.307.400,43	1.307.400,43	511.964,61
2000	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	24	34	24.541,55	24.541,55	24.541,55	24.541,55	0,00
2000	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Sem produto	-	-	243.692,42	235.094,53	127.109,77	127.109,77	107.984,76

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

Quadro 16 - Ações do macroprocesso Administração da Unidade – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2000	Administração da Unidade	Sem produto	390.267,47	21.316,93	306.613,29	62.337,25
2000	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	14.008,88	0,00	13.908,88	100,00
2000	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário	Sem produto	76.261,08	0,00	63.759,43	12.501,65

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

Conforme mencionado anteriormente, na jurisdição desta Regional, a qual engloba todo o Estado de Sergipe e 16 (dezesesseis) municípios do Estado da Bahia, existe atualmente um passivo de 9.397 (nove mil, trezentos e noventa e sete) trabalhadores rurais acampados, pleiteando o acesso à terra. Além disso, o público da Reforma Agrária também é composto por proprietários de imóveis rurais, que buscam os mais diversos serviços, incluindo a regularização fundiária e a certificação.

No ano de 2013, de acordo com informações do Sistema de Atendimento disponível na intranet, as demandas presenciais apresentadas na Sala da Cidadania do INCRA/SE foram classificadas de acordo com a seguinte distribuição:

Quadro 17 – Demandas de Atendimento na Sala da Cidadania

Tipo da Demanda	Quantidade de Atendimentos
Atualização Cadastral	1461
Certificação	10
Declaração Proprietário	144
2ª Via CCIR	1
Desmembramento abaixo da fração mínima de parcelamento	18
Parcelamento para fins urbanos	3
Total	1637

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

De acordo com a distribuição das demandas no referido sistema, os resultados obtidos no exercício passado foram:

Quadro 18 – Distribuição das Demandas de Atendimento

Situação da Demanda	Quantidade de Atendimentos
Concluída	1483
Análise - Equipe Técnica	50
Análise - Chefia SR-23/F	134
Análise - Setor de Digitação	2
Pendência - Ausência de Documento	14
Pendência - Solicitação de informação à SR/BA	2
Pendência na Sala do Cidadão	55
Envio para outra Unidade da Federação	9
Total	1749

Fonte: Planejamento – INCRA/SE

A diferença entre o número de demandas apresentadas e concluídas deve-se à existência de eventuais demandas que são concluídas apenas no exercício seguinte.

Como informação adicional, o Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes disponível no site <http://www.acessoainformacao.gov.br/> indica que do total de 895 pedidos de informação apresentados em 2013, a Superintendência Regional de Sergipe é responsável apenas por 0,51% da demanda, com 5 pedidos.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

Dentre as principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados referentes a esta área de atuação da SR está na transparência dos registros, conforme exemplo abaixo:


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE (SR-23)


2014031280000002

Número Demanda: 2014031280000002

Dados do Cidadão
Nome: JOSE RODRIGUES DOS SANTOS
CPF: 021.651.635-87

Dados do Imóvel
Nome: FAZENDA MARATÁ
Localidade: Riachão do Dantas (SE)
Tipo: Grande
Situação Jurídica: Propriedade
Tamanho: 302.5000 HA

Dados da Demanda
Tipo: Atualização Cadastral
Data Cadastro: 12 de março de 2014


Histórico da Tramitação da Demanda

Início	Fim	Dias	Informação	Andamento	Servidor
21/03/2014	-			Concluída	
17/03/2014	21/03/2014	3	DIG P/Claudinha e Ivan Cod.266.060.003.255-8.	Análise - Equipe Técnica	Orlene Oliveira
13/03/2014	17/03/2014	4	Para análise.	Análise - Chefia SR-23/F	Tânia Cabral Aciole Bomfim
12/03/2014	13/03/2014		PARA ANALISA	Cadastrada	Kátia Moura

Como é possível perceber, o sistema disponibiliza para todos os usuários cadastradas o histórico da tramitação, bem como a duração em cada etapa. É possível verificar quando e para quem foi distribuída a tarefa.

Também há a segregação de funções, pois a análise das demandas é distribuída pela Chefia para as áreas técnicas.

Por fim, um procedimento de controle adotado é apenas atuar em demandas cadastradas no sistema, ou seja, não há a possibilidade de eventuais privilégios no atendimento.

5. Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Quadro 19 – Distribuição de Servidores no INCRA/SE

Setor	Quantidade de Servidores
1. Gabinete	08
2. Procuradoria Regional	05
3. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	15
4. Divisão de Obtenção de Terras	20
5. Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	20
6. Divisão de Administração	24
7. Nomeado em Cargo de Comissão em outro Estado (-)	02
8. Cedido para Tribunal Regional Eleitoral (-)	01
9. Cedido para Advocacia-Geral da União (-)	02
10. Total (1+2+3+4+5+6-7-8-9)	87

Fonte: SR-23/A– INCRA/SE

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

O clima organizacional - a qualidade do ambiente que é percebida/experimentada pelos do órgão e que influencia o seu comportamento – é uma questão de extremo interesse para a Administração desta Regional do INCRA. A principal ação realizada em 2013 foi a contratação de empresa especializada para promover a reforma de salas e instalações, envolvendo a troca de pisos, pintura, manutenção dos banheiros e sala de convivência dos servidores. De acordo com a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, a ausência de ações para a melhoria das condições do ambiente de trabalho podem levar à insatisfação no trabalho, motivo pelo qual tal iniciativa foi priorizada.

Além disso, esta Regional promoveu cursos de capacitação, envolvendo 34 servidores das mais diversas áreas. Por fim, por meio de aquisição realizada para INCRA-Sede, houve a renovação de parte do parque tecnológico do INCRA-SE, com a substituição de 30 computadores e 05 notebooks.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A Superintendência Regional do INCRA em Sergipe está vinculada à estrutura organizacional e regimental da Sede da Autarquia, sendo que todas as diretrizes e orientações técnicas e normativas, estabelecidas pela Unidade Gestora Central da Autarquia, são observadas e seguidas por esta UJ.

Em relação às diretrizes vinculadas à política de capacitação da Autarquia, esta UJ também segue os preceitos que são estabelecidos no Plano Anual de Capacitação elaborado pela Unidade Central, em conformidade com os temas específicos voltados para as ações institucionais, e mediante demandas de treinamentos previamente elaboradas.

No exercício de 2013, esta UJ promoveu a capacitação de 34 (trinta e quatro) servidores de seu Quadro Funcional, quantitativo este superior à meta institucional previamente estabelecida para o exercício, que foi de 24 (vinte e quatro) servidores a serem capacitados no ano de 2013.

Em que pese a insuficiência anual de recursos orçamentários/financeiros para a realização de capacitações no âmbito da Autarquia, mas em detrimento à necessidade de qualificação profissional e cumprimento da meta de capacitação, esta UJ realizou, no exercício de 2013, eventos de capacitação que não geraram custos para a Autarquia, sendo utilizado, para tanto, banco de talentos próprio da Autarquia, assim como a salutar parceria que possuímos com a Controladoria Geral da União em Sergipe, donde foi possível realizarmos, à exemplo, os cursos de “Introdução ao Sistema Quantum-Gis”, “ Capacitação para Antropólogos”, e “Uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal”, este último ministrado pela CGU/Sergipe.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 20: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	85	85	0	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	85	85	0	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	83	83	0	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	87	87	0	7

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

Observação: 3 (três) aposentadorias ocorridas em dezembro de 2013 foram registradas após o fechamento da folha de pagamento.

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 21: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	35	4
1.1 Voluntária	34	4
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	24	0
2.1 Voluntária	24	0

2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	59	4

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

Quadro 22: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	20	1
1.1. Integral	17	1
1.2. Proporcional	3	0
2. Em Atividade	18	4
3. Total (1+2)	38	5

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 23: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	6	6	5	7	40.081,33
1.1 Área Fim	4	3	2	2	18.057,67
1.2 Área Meio	2	3	3	5	22.023,66
2. Nível Médio	2	2	3	4	12.915,55
2.1 Área Fim	0	0	1	2	4.458,60
2.2 Área Meio	2	2	2	2	8.456,95
3. Total (1+2)	8	8	8	11	52.996,88

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa – INCRA/Sede

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 24: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em	5.891.648,66	218.760,92	523.702,05	157.688,89	1.231.732,42	453.920,58	1.163,24	25.822,53	21.490,52	8.525.929,81
Servidores com Contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento	-	51.659,04	-	-	18.670,29	-	-	-	-	70.329,33
Servidores Ocupantes de Funções	-	15.419,16	-	-	-	-	-	-	-	15.419,16

Fonte: Diretoria de Gestão Administrativa – INCRA/Sede

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 25: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA em Sergipe													
UG/Gestão: 373052/37201							CNPJ: 00.375.972/0021-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	05	Ordinária	5.000/2013	01.383.525/0001-16	22/04/2013	20/04/2014	-	-	26	26	-	-	A
2013	12 (Contínuo)	Ordinária	6.000/2013	03.906.867/0001-07	24/04/2013	22/04/2014	-	-	02	02	-	-	A
2011	12 (Aux. Serv. Ger)	Ordinária	4.000/2011	08.635.114/0001-10	13/04/2011	12/04/2012	01	01	-	-	-	-	P
2013	03	Ordinária	7.000/2013	00.129.166/0001-02	04/07/2013	03/07/2014	-	-	-	-	03	03	A
2013	12 (Aux. Serv. I)	Ordinária	14.000/2013	14.513.052/0001-76	26/12/2013	24/12/2014	-	-	08	08	-	-	A
2013	12	Ordinária	4.000/2013	03.906.867/0001-07	08/04/2013	07/04/2013	11	11	-	-	-	-	A
2012	03	Emergencial	8.000/2012	04.181.950/0001-10	14/12/2012	13/06/2013	-	-	-	-	03	03	E
2010	03 (Digitador)	Ordinária	2.000/2010	32.867.236/0001-16	18/03/2010	17/03/2013	-	-	05	05	-	-	P
2010	04	Ordinária	8.000/2010	32.867.236/0001-16	28/06/2010	27/06/2013	02	02	-	-	-	-	P
2009	01	Ordinária	13.000/2009	16.207.888/0001-78	29/12/2009	28/12/2013	-	-	04	04	-	-	P
2011	12	Ordinária	11.000/2011	02.030.016/0001-72	01/12/2011	30/03/2013	11	11	-	-	-	-	E
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 6. Reprografia; 11. Menores Aprendizizes 2. Transportes; 7. Telecomunicações; 12. Outras 3. Informática; 8. Manutenção de bens móveis 4. Copeiragem; 9. Manutenção de bens imóveis 5. Recepção; 10. Brigadistas							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Divisão de Administração – INCRA/SE

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 26: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	-
Desligamento	-
Concessão de aposentadoria	4
Concessão de pensão	2
Total	6

Fonte: SR-23/A– INCRA/SE

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

No que diz respeito às perspectivas de Aposentadorias dos servidores, necessário chamar atenção para a gravidade da situação ora vivida pela UJ 373052, uma vez que seu Quadro Funcional, em sua maioria, encontra-se bastante deficitário em virtude das concessões de Aposentadorias já levadas à efeito nos últimos recentes exercícios.

Tal situação tende a agravar-se ainda mais, pois, ao consultarmos o sistema SIAPE (situação em 31/12/2013), pode ser verificada a iminência da ocorrência de outras novas Aposentadorias, já que, atualmente, nossa UJ 373052 possui um total de 20 (vinte) servidores com idade e tempo para concessão de Aposentadorias, sendo beneficiários, inclusive, do recebimento da verba denominada “Abono Permanência”.

Nossa UJ possui, atualmente, 92 (noventa e dois) servidores qualificados como “Ativos”, sendo que, o percentual de servidores que estão aptos a requerer a respectiva Inatividade, num total de 20 profissionais, representa um percentual de 21,73% .

Oportuno ressaltar que no ano de 2013 foram concedidas 03 (três) aposentadorias, reduzindo ainda mais nosso já deficitário Quadro Funcional.

No que diz respeito às estratégias para recomposição da Força de Trabalho, mister frisar que nossa UJ não possui autonomia administrativa para a implementação de rotinas ou procedimentos que visem uma recomposição via concurso público, por exemplo. Tal competência pertence ao INCRA/Sede, que por sua vez, também depende de autorizações do Ministério do Planejamento.

Por outro lado, esta UJ encaminhou, no ano de 2013, solicitações formais ao INCRA/Sede, no sentido de demonstrar os problemas relacionados à diminuição de nosso Corpo Funcional, e solicitar respectivo direcionamento de vagas para recomposição e fortalecimento do nosso Quadro Funcional.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 27: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	39,08%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	7,18

Fonte: SR-23/A– INCRA/SE

Índice de abrangência de capacitação = $34 / 87 = 39,08 \%$

Índice de abrangência de capacitação = $625 / 87 = 7,18$

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

O INCRA-SE dispõe de 87 servidores em efetivo exercício nesta Regional. Destes, 42,52% atuam em áreas administrativas e de suporte (Gabinete, Procuradoria e Divisão de Administração), enquanto que os demais atuam em Divisões voltadas para as áreas finalísticas (Desenvolvimento, Obtenção e Ordenamento da Estrutura Fundiária).

Em documento intitulado “Análise da Distribuição da Força de Trabalho da Superintendência Regional do INCRA em Sergipe”, realizado em abril de 2011, foram apontadas deficiências no quantitativo de força de trabalho na SR-23 e que a mera redistribuição entre os setores poderia ser uma medida de baixo impacto, tendo em vista que são designadas para o INCRA-SE metas superiores às estabelecidas para Regionais com um maior quantitativo de servidores, bem como há uma alocação orçamentária também elevada para os padrões nacionais, considerando a relação entre a força de trabalho e o montante a ser aplicado.

Como exemplo da deficiência apontada, registra que há uma proporção de 0,38 (87/225) servidores por assentamento da reforma agrária. Caso sejam considerados apenas aqueles lotados nas áreas finalísticas, ou seja, que efetivamente atuam em campo, a proporção cai para 0,22 (50/225).

Neste sentido, a única solução de impacto imediato seria a contratação de novos servidores por meio de concurso público, o que extrapola as competências desta Unidade Regional.

6.Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Quadro 28: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do INCRA em Sergipe									
CNPJ: 00.375.972/0021-04					UG/GESTÃO: 373052/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
4	TC/Nº 01/2013	Município de Poço Redondo/SE	500.000,00	12.500,00	0,00	0,00	20/01/2014	15/01/2015	1
4	TC/Nº 02/2013	Município de Gararu/SE	500.000,00	12.500,00	0,00	0,00	20/01/2014	15/01/2015	1
4	TC/Nº 03/2013	Município de Itapicuru/BA	353.000,00	7.060,00	0,00	0,00	20/01/2014	15/01/2015	1
4	TC/Nº 04/2013	Município de Tomar do Geru/SE	106.000,00	3.000,00	0,00	0,00	20/01/2014	15/01/2015	1
4	TC/Nº 05/2013	Município de Carira/SE	250.000,00	5.000,00	0,00	0,00	20/01/2014	15/01/2015	1
1	CV/SE/Nº 04.000/2007	Secretaria de Estado da Agricultura	54.556.170,25	4.996.506,42	0,00	49.559.663,83	27/12/2007	31/12/2014	1
1	CV/SE/Nº 08.000/2008	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	1.957.606,00	297.000,00	0,00	1.660.606,00	29/12/2008	28/06/2013	1
1	CV/SE/Nº 09.000/2008	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	682.818,46	210.182,20	0,00	472.636,26	29/12/2008	12/11/2013	1
1	CV/SE/Nº 00.001/2009	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	4.400.000,00	440.000,00	0,00	3.960.000,00	29/12/2009	14/06/2014	1
1	CV/SE/Nº 794325/2013	Secretaria de Estado da Agricultura	3.355.709,71	168.000,00	0,00	0,00	27/12/2013	30/12/2014	1
1	CV/SE/Nº 795258/2013	Prefeitura Municipal De Simão Dias	408.170,00	8.170,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	CV/SE/Nº 795261/2013	Município de Estância	274.999,88	24.999,88	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	CV/SE/Nº 795280/2013	Tobias Barreto Prefeitura	322.020,00	13.000,00	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2014	1
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI e Controles Internos de Acompanhamento da SR-23/SE.

Quadro 29: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência Regional do INCRA em Sergipe			
CNPJ: 00.375.972/0021-04		UG/GESTÃO: 373052/37201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	-	-
	A comprovar	02	53.519.663,83
	Total	02	53.519.663,83
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	10	12.196.041,80
	A comprovar	06	3.041.231,86
	Total	16	15.237.273,66

Fonte: SR-23/A– INCRA/SE

1) Destacamos que 01 (um) convênio vencido na situação A APROVAR encontra-se sob a responsabilidade do INCRA-Sede, haja vista a prestação de contas final ter sido analisada pela citada administração e a conveniente ter apresentado justificativas/esclarecimentos acerca do que fora apontado quando da realização da análise. Dessa forma, esta SR-23/SE ressalta que foram adotadas providências e a avença encontra-se em fase final de análise, com vistas à aprovação.

2) Oportuno ressaltar a enorme dificuldade operacional relativa à carência de servidores nesta Unidade, principalmente, na Divisão de Administração que, em sua estrutura possui apenas 01 (um) servidor lotado na Setorial Contábil, sendo o mesmo o responsável por todas as análises das prestações de contas dos convênios, além das atribuições regimentais do referido setor em analisar, previamente aos respectivos pagamentos, todos os processos que resultem em desembolsos financeiros, tais como: contratos diversos, suprimento de fundos, desapropriações, aquisição de imóveis pelo Decreto 433/92, além das conformidades contábeis, das análises mensais dos balancetes contábeis e da consultoria prestada no âmbito da Regional.

3) Salientamos que as prestações de contas finais de 06 (seis) avenças vencidas e na situação de A APROVAR envolvem uma quantidade bastante significativa de documentos a serem verificados pela nossa Setorial Contábil. Assim sendo, apesar das atividades de análises contábeis e providências serem desenvolvidas ao longo de todo o exercício de 2014, entendemos só ser possível o encerramento definitivo desses convênios no final do ano corrente.

4) Destacamos que essa Regional tem envidado constantes esforços no sentido do encerramento das pendências acerca dos convênios com prazo para análise da prestação de contas final expirados (vencidos), além do pertinente e eficaz acompanhamento das avenças ainda em execução.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Informamos que esta UJ 373052 não realiza o registro contábil dos imóveis desapropriados, tendo em vista não possuímos autonomia e/ou competência regulamentar/regimental para a criação de contas contábeis no SIAFI, sendo tal prerrogativa de competência da Coordenação-Geral de Contabilidade da Autarquia.

Registrarmos também que não possuímos senhas de acesso ao SIAFI com perfis que permitam tal operação.

Não obstante, foi encaminhada a citada unidade central mensagem eletrônica no sentido de que sejam adotadas as respectivas providências.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Por tratar de situações complementares, o assunto abordado neste item foi melhor detalhado no item “7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos”. Assim, optamos por considerar o texto explicativo válido para os dois itens em comento.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

No Regimento Interno – Art. 114, inciso II, o INCRA estabelece como procedimento, entre outros, o controle dos contratos e instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos. Todos os pagamentos passam pelo crivo da setorial contábil, que verifica: a vigência do contrato, os saldos orçamentários disponibilizados, a liquidação da despesa, a documentação fiscal e trabalhista (quando a tipicidade dos serviços contratados o exigir), as retenções tributárias determinadas pela legislação (IN/RFB nº 1.234/2012 (IRPJ/PIS/COFINS/CSLL), Lei 8.212/91 (INSS) e Lei 1547/89 – Prefeitura de Aracaju (ISSQN) bem com e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

No controle da execução dos suprimentos de fundos concedidos a servidor, há observância à legislação vigente dentre os quais destaco: os limites financeiros nela estipulados, a natureza de despesa - controle dos gasto por elemento de despesa a fim de evitar o fracionamento da despesa-, e a validade dos documentos fiscais.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 30: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: Embora haja uma carência no quantitativo de servidores operando na estrutura de controle da Regional, entendemos que os processos críticos, especialmente os que envolvem recursos, são adequadamente controlados, evitando assim a ocorrência de eventuais problemas.					

Fonte: SR-23/A e Planejamento – INCRA/SE

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

O Controle Interno da Superintendência Regional do INCRA em Sergipe é coordenado pelo Gabinete, com apoio da assessoria de Planejamento. Existem ainda 02 (dois) servidores lotados na Divisão de Administração com a missão de auxiliar a UJ no atendimento de eventuais diligências dos Órgãos de Controle Interno e Externo, consolidando as informações dos outros Setores, para que as informações, respostas e justificativas prestadas nas diligências, contenham qualidade mínima de informações e documentos.

Em virtude da limitada capacidade operacional decorrente da carência de servidores, aliada à intensa demanda de atividades, ainda não foi possível criar uma estrutura que contemple elementos gerenciais, como a avaliação de risco.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Com o objetivo de assegurar fidedignidade das informações de gestão, o INCRA institui um monitoramento mensalmente das suas atividades por meio do Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra>), que contempla a execução do ponto de vista físico e financeiro das 13 (treze) Ações contidas em 5 (cinco) Programas inseridos no Plano Plurianual - PPA 2012-2015.

O referido sistema permite o acompanhamento do grau de execução destas ações ao longo do ano, fornecendo subsídios a seus gestores para a tomada de decisões com base nas informações disponibilizadas.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

1) A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, o Presidente da Autarquia determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto do 2013, foi concluído o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso, etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, **bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.**

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, o INCRA-Sede noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU em Brasília, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado pelo INCRA-Sede ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Quadro 31 – Plano de Ação apresentado pelo INCRA-Sede ao TCU

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA*/DD**
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

Fonte: INCRA/Sede

*DA – Diretoria de Gestão Administrativa. ** DD – Diretoria de Desenvolvimento

Por fim é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

2) A conta **1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

Quadro 32 – Receitas Diretamente Arrecadadas

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Código GRU	Previsto	Arrecadado
250	13153000	Taxa de Ocupação	28804-7	88.758	66,438
250	16001300	Serviços Administrativos	28830-6	50.852	206.429
250	19192700	Multas previstas em contratos	28867-5	-	25.113
250	19199900	Outras multas	28848-9	234.506	439.611
250	19189900	Multas e juros de mora de outras receitas	28891-8	-	-
250	19229900	Outras restituições	28852-7	3.982.024	5.319.221
250	22190000	Alienação de outros bens móveis	28868-3	332.520	-
250	22210000	Alienação de imóveis rurais p/col. ref. agrária	28874-8	25.967.835	33.058.348
280	23009900	Amortização de empréstimos diversos	48807-0	347.979	589.355
Total				31.004.474	39.704.515

Fonte: INCRA/Sede

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a **Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI**, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Quadro 33 – Cronograma apresentado pelo INCRA-Sede ao TCU

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Fonte: INCRA/Sede

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Informamos que essa Regional não instaurou Tomadas de Contas Especiais durante o exercício de 2013.

8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

No exercício de 2013, o Tribunal de Contas da União emitiu as seguintes diligências de controle a esta Unidade Jurisdicionada:

- Acórdão nº 4059/2013 – TCU – 1º Câmara, relativo ao processo de Prestação de Contas do INCRA/Sergipe do exercício de 2010.

As situações registradas pelo TCU no citado Acórdão foram devidamente tratadas por esta UJ, sendo objeto da apresentação de informações e providências mediante o OFÍCIO/INCRA/SE/G/A/Nº 921, de 15/08/2013, entregue na SECEX/TCU/Sergipe no dia 16/08/2013.

Oportuno mencionar ainda que a Auditoria Interna do INCRA e o Gabinete da Presidência da Autarquia, também diligenciaram nossa UJ acerca do citado Acórdão, sendo as informações encaminhadas às citadas Unidades mediante o MEMORANDO/INCRA/SE/A/Nº 218/2013 e MEMORANDO/INCRA/SE/A/Nº 213/2013.

- OFÍCIO Nº 1201/2013/TCU/SECEX/SE, de 11/12/2013.

Esta diligência de controle externo foi encaminhada à UJ 373052 no sentido de solicitar cópia do ato normativo referente à seleção de entidades parceiras do INCRA na celebração de convênios, visando a instrução processual referente ao Acórdão nº 1555/2011.

Este INCRA/Sergipe, mediante o OFÍCIO/INCRA/SE/G/A/Nº 1306, de 26/12/2013, e respectivos anexos, encaminhou à SECEX/TCU/Sergipe, as cópias do Manual Operacional da ATES, bem como da Norma de Execução nº 39/SD/INCRA/2004, cumprindo, assim, o pleno teor da diligência em comento.

- ACÓRDÃO Nº 5810/2013 – TCU – 2º Câmara, referente à Prestação de Contas do exercício de 2011, encaminhado ao INCRA/Sergipe em 04/10/2013 mediante o MEMO/AUD/INCRA/Nº 500/2013.

Este Acórdão tratou de falhas administrativas referentes aos atos da Prestação de Contas do exercício de 2011, sendo que, a partir da data de recebimento da citada diligência, a nossa UJ iniciou a juntada de documentos comprobatórios e demais informações, visando elidir e justificar os apontamentos registrados pelo TCU.

Todavia, devido ao excesso de demandas e atribuições existentes nas Unidades do INCRA/Sergipe, proporcionalmente inverso à enorme carência de pessoal em nossa UJ, ainda não foi possível a conclusão integral de todas as respostas e informações comprobatórias a serem encaminhadas ao TCU.

- ACÓRDÃO N° 3821/2013 – TCU – 1° Câmara, referente à Prestação de Contas do exercício de 2009.

O citado Acórdão, referente às contas da UJ referentes ao ano de 2009, assim como ocorrido com as questões referentes ao Acórdão n° 5810/2013, ainda não foi possível a conclusão integral das providências e informações que deverão ser enviadas ao TCU, de forma a sanear as falhas respectivas.

Todavia, é oportuno mencionar que o conteúdo do Item 9.2 do citado Acórdão, já foi objeto de tratamento e prestação de informações e esclarecimentos ao TCU, por meio das nossas respostas enviadas quando do tratamento do Acórdão n° 4059/2013.

Novamente devemos externar nossa preocupação com a deficiência de servidores ora existente em nosso Quadro Funcional, que, em caminho inverso ao aumento de nossas metas institucionais e respectivas atribuições funcionais, não tem permitido o tratamento de forma mais tempestiva dos Acórdãos acima citados.

O fato dos Acórdãos 5810/2013 e 3821/2013 não possuírem prazos específicos para atendimento das diligências registradas nos mesmos, não diminuiu nosso compromisso e responsabilidade no tratamento das diligências da Corte de Contas. O que ocorreu, de fato, foi a impossibilidade administrativa, pelos motivos anteriormente elencados, de ainda não termos concluído nossas providências, situações estas que pretendemos concluir ainda no primeiro semestre do exercício de 2014, remetendo as informações e documentos comprobatórios, referentes aos citados Acórdãos, à SECEX/TCU/Sergipe.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

No que diz respeito ao cumprimento das recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União no exercício de 2013, temos a informar:

Relatório de Auditoria Anual de Contas n° 201305879, referente aos atos e fatos de gestão praticados no exercício 2012.

O citado Relatório de Auditoria foi encaminhado a esta UJ mediante o Ofício n° 24103/2013-CGU-Regional/SE/CGU-PR, e tratou de apenas 06 (seis) itens de Constatação objeto de Recomendações emitidas pelo órgão de Controle Interno Federal.

Todos os itens de Constatação foram objeto de tratamento e apresentação de justificativas e adoção de providências por parte desta UJ, com as documentações comprobatórias respectivas, encaminhadas à CGU/SE por meio do Ofício/INCRA/SE/G/A/N° 953/2013.

Aliás, oportuno registrar que a UJ 373052 tem atuado fortemente no sentido de reduzir os itens de Constatações emitidas nos Relatórios Anuais da CGU/SE, donde citamos, como exemplo

dessa atuação, o fato de que no Relatório em referência, somente foram emitidos 06 (seis) itens de Constatação contendo suas respectivas Recomendações.

Não obstante, os itens de Constatações em apreço trataram de falhas de ordem formal e /ou administrativa, não contendo situações dotadas de maiores gravidades administrativas.

Nota Técnica nº 328/2013/CGU/Regional/SE.

A citada Nota Técnica, encaminhada à UJ 373052 mediante o Ofício nº 3499 – CGU – Regional/SE/CGU-PR, de 06/02/2013, tratou da aceitação plena das providências que foram adotadas em relação à Recomendação nº 001 emitida para o Item de Constatação nº 006 do Relatório de Auditoria nº 201203485, sendo emitido, ao final da citada Nota Técnica, o registro de “Recomendação Atendida”.

Nota Técnica nº 329/2013/CGU/Regional/SE

Essa Nota Técnica, também encaminhada a esta UJ 373052 mediante o Ofício nº 3499- CGU-Regional/SE/CGU-PR, de 06/02/2013, tratou do posicionamento da CGU/Sergipe acerca das providências adotadas quanto aos Itens de Constatação n(s) 016 – Recomendação 003 e Recomendação 004; Item 006 – Recomendação 002 e Item 21, do Relatório de Auditoria nº 201203485, tendo a CGU/Sergipe se posicionado da seguinte forma:

Item 016 – Recomendação 003: Diante das justificativas apresentadas, a CGU/Sergipe posicionou-se pela “Revisão da Recomendação”.

Item 006 – Recomendação 002: A CGU/Sergipe manifestou-se pela “Reiteração da Recomendação”, tendo em vista a não implementação plena da mesma àquela época.

Item 021 – Recomendação 001: A CGU/Sergipe manifestou-se pela “Reiteração da Recomendação”, por entender que a mesma não teve a implementação plena, àquela época.

Solicitação de Fiscalização nº 201314862

Essa diligência de Controle Interno foi encaminhada à UJ 373052 mediante o Ofício nº 29286/2013-CGU-Regional-SE/CGU-PR, de 25/09/2013, e tratou da Ação de Governo nº 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

As informações, esclarecimentos, e documentação comprobatória, acerca desta diligência de controle, foram encaminhadas à CGU/Sergipe mediante o Ofício nº 983/SR-23/INCRA/GAB/SE, de 10/09/2013.

Ao final, a CGU/Sergipe emitiu o Relatório de Fiscalização nº 201314862, não contendo, na citada peça, nenhum Item que resultou em Recomendação, mas tão somente, itens tratados como “Informação”.

Solicitação de Auditoria nº 201313835/02

As informações solicitadas pela CGU/Sergipe mediante a presente diligência foram objeto de tratamento por parte desta UJ 373052, gerando, ao final, o Ofício nº 1202/SR-

23/INCRA/GAB/SE, de 19/11/2013, acompanhado dos respectivos anexos, devidamente encaminhados à CGU/Sergipe em 20/11/2013.

Solicitação de Auditoria nº 201305879

Através desta diligência, a CGU/Sergipe solicitou à UJ 373052, a versão atualizada do Plano de Providências Permanente relativo ao Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305879/CGU/SE – Exercício de 2012.

Esta UJ 373052, através do Ofício nº 1188/SR-23/INCRA/GAB/SE, de 13/11/2013, apresentou à CGU/Sergipe, a versão atualizada do citado Plano de Providências, e seus respectivos anexos.

- DILIGÊNCIAS DA AUDITORIA INTERNA DO INCRA

Informamos que, no exercício de 2013, a Auditoria Interna do INCRA não realizou exames de controle interno nesta UJ 373052, mediante suas Inspeções Ordinárias ou Fiscalizações específicas.

As diligências encaminhadas pela AUDIN/INCRA, mediante o MEMO/AUD/Nº 330/2013 (referente ao Acórdão nº 4059/TCU) e pelo MEMO/CIRCULAR/AUD/Nº 13/2013, foram devidamente respondidas por esta UJ 373052, mediante o envio do Memorando nº 213/INCRA/SE/A/2013.

9.Ouvidoria

9.1 Demonstração dos registros feitos pela Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência

Quadro 34 – Atendimentos realizados pela Ouvidoria Agrária

Tipo de Atendimento	Quantidade
Cadastramento / Monitoramento de Famílias Acampadas	12
Denúncias	18
Reuniões com Famílias Assentadas / Acampadas	02
Mobilização de Acampados (CEAC Móvel)	2
Invasões de Terras	1
Conflitos no Campo	12
Declarações de Acampados emitidas pela OAR	233

Fonte: Ouvidoria Agrária/SE

9.2 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

De acordo com as competências institucionais da Ouvidoria Agrária Regional, principalmente aquela que define a necessidade de estabelecer interlocução com os governos estaduais, municipais, movimentos sociais, produtores rurais, sociedade civil visando prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos agrários para garantir a paz no campo, este setor desenvolveu suas atividades de forma a garantir atendimento a todos envolvidos na área rural.

Os atendimentos na forma registrada na tabela acima, obedeceram a um princípio pautado na resolução negociada das questões identificadas. Por outro lado, percebeu-se que os conflitos de maior proporção estão diretamente relacionados com a luta pela conquista da terra. Registre-se que parte dos conflitos dependendo de sua natureza e grau de complexidade teve solução imediata.

Merecer destaque que, por intermédio da OAR, 9.204 (nove mil duzentos e quatro) famílias de trabalhadores rurais sem terras em situação vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional foram contempladas com 791.062 kg (setecentos e noventa e um e sessenta e dois) de alimentos distribuídos em 04 etapas. Este benefício contribui com o combate a desnutrição deste grupo populacional específico instalado no meio rural.

De igual modo, foram distribuídos 86 rolos de lonas plásticas, medindo 8m X 100m cada.

Para 5.513 (cinco mil quinhentos e treze) trabalhadores rurais sem terras e sem moradia acampados na área de jurisdição desta SR que foram utilizados na cobertura de barracos instalados em sua grande maioria às margens de rodovias.

10. Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

Apresentamos abaixo o demonstrativo atualizado da situação dos Processos Administrativos Disciplinares existentes nesta UJ 373052, que estão devidamente cadastrados no sistema CGU-PAD.

Oportuno mencionar que, no exercício de 2013, não ocorreram registros de abertura de Procedimentos Administrativos Disciplinares – PADs.

Quadro 35 - Situação dos Processos Administrativos Disciplinares existentes

Número do Processo	Objeto	Situação
54370.000933/11260 (e apenso nº 54370.001789/2010)	Acidente envolvendo Viatura Oficial do INCRA/Sergipe	Em análise do Parecer Jurídico emitido sobre o Relatório Final da Comissão do PAD.
54370.000966/2009	Acidente envolvendo Viatura Oficial do INCRA/Sergipe	O processo foi arquivado, após emissão de Decisão Judicial.

Fonte: SR-23/A – INCRA/SE